

Diário da Assembleia

Nºs 3.023 / 3.024

CURITIBA, 25 E 26 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério — Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli — Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares
REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério — Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris M. Caldart (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Ney Rodrigues
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — Antonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)
SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins
REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin — Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélis Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quielise

— Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condiçionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 49.^a Sessão Ordinária
Realizada em 25 de abril de 1974 — (Quinta-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Domicio Scaramella.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domicio Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Ivo Rocha — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quielse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes (36); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: Odilon Reinhardt — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rcsário Pitelli e Xenofonte Villanueva (11).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

- de autoria do Senhor Deputado David Federmann, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 10-74.
- de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 163-73.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve requer, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, votos de pesar pelo falecimento, ocorrido dia 23 do corrente, do Senhor Benedito Elpidio de Melo, Chefe de tradicional família residente em Marialva e Maringá.

Requer, ainda, que deste Requerimento seja dado conhecimento ao Doutor Jerson Caponi de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Marialva.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Borsari Netto

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Tendo em vista a seriedade da denúncia formulada pelo produtor de sementes de mamona Senhor Luiz Gonzaga Oliveira, de Campo Mourão, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da República, Ministros da Fazenda e da Indústria e Comércio solicitando a devida proteção à mamonicultura.

Não é justo que enquanto o preço do óleo sobe consideravelmente, o preço da mamona em baga, produto agrícola de minifundiários em sua maioria, caia de Cr\$ 3,50 (três cruzeiros e cinquenta centavos), para Cr\$ 1,40 (um cruzeiro e quarenta centavos) o quilo. Conforme afirmativa do produtor citado o Brasil responde por 85% do abastecimento mundial do óleo de mamona e não é inteligente procurar desestimular os produtores com preços irrealis e insuficientes. A medida governamental que ora se pleiteia jutsifica-se plenamente sobretudo porque viria beneficiar diretamente o pequeno lavrador que com sua família dedica-se ao cultivo desta oleaginosa. Trata-se de preservar uma cultura que carrega para os cofres públicos nacionais apreciável soma de recursos, representando portanto expressivo investimento. Na busca dos caminhos desenvolvimentistas, desperdiçar potencialidades desta natureza significa comprometer o presente e arruinar o futuro, razão pela qual, espera-se a necessária sensibilidade governamental.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Alvaro Dias

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

A ação expropriatória apresentada na Comarca de Sertãoópolis neste Estado, pela CESP — Centrais Elétricas de São Paulo S.A., propondo indenização inferior a mil cruzeiros o alqueire, vem desmentir frontalmente as palavras do Sr. Lucas Nogueira Garcez pronunciadas diante de autoridades e proprietários em Londrina, no dia 27 de março. Naquela oportunidade o Presidente da Cesp tranquilizou a todos assumindo compromisso público de que o preço a ser pago estava compreendido entre 15 mil e 26 mil cruzeiros por alqueire de terra nua. Ao se pronunciar nestes termos assumiu compromisso da mais alta responsabilidade em nome do Governo de São Paulo, que esperavamos não fosse desrespeitado irreverentemente. Esse comportamento injusto por parte da CESP prejudicará sobretudo os pequenos proprietários, lavradores de poucos recursos que perderão todas ou quase todas suas terras e que não poderão comprar outra propriedade com indenização dessa ordem e nem terão condições de enfrentar uma batalha judicial com a empresa. É conveniente não se esquecer que a hidrelétrica, cuja bacia de acumulação inundará 23.350 alqueires, dos quais 14.150 situados no Paraná em terras de primeira qualidade, não fornecerá energia aos paranaenses. Não é justo que se desrespeite violentamente os direitos adquiridos daqueles que a custa de enormes sacrifícios conseguiram construir determinado patrimônio. Para que o povo tenha motivos suficientes para continuar respeitando e acreditando em seus dirigentes, o Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da República, Ministro do Interior e Justiça, Governo de São Paulo, Assembléia Legislativa de São Paulo, e Governo do Paraná, formulando veemente apelo no sentido de se fazer respeitar o compromisso público assumido pelo Presidente da CESP em nome do Governo de São Paulo. Da mesma forma solicita-se o envio de cópias desse expediente às Câmaras Municipais de Alvorada do Sul, Sertãoópolis, Primeiro de Maio, Rancho Alegre e Sertaneja, área interessada.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Alvaro Dias

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente.

Ao final do ano de 1974, quando este Poder se encontrava em recesso, efetuou-se em Arapongas, no Plenário da Câmara de Vereadores, a Sessão Solene de encerramento do Concurso "Operário Padrão" de 1973.

O ato, que foi presidido pelo Prefeito Municipal, Dr. Waldyr Pugliese, contou com a participação das autoridades constituídas da Comarca, representantes das classes trabalhistas e empresariais e dos vencedores do Concurso, no qual se laurearam, em 1.^o lugar, como "Operário Padrão" 73, o Sr. João Moreno Alda, trabalhador da Retífica Pereira; em 2.^o lugar, Luiz José dos Santos, pertencente à firma Piccini & Brancallion Ltda.; em 3.^o lugar — Francisco Pereira Dias, da Eco S.A.; em 4.^o lugar — Maria Luiza Beffa, da Casa Novo Horizonte; e, em 5.^o lugar — Antonio Angelo Faccina, da MM. Têxteis S/A.

A coordenação do conclave esteve a cargo do jornalista Dionysio Neto, Diretor da conceituada "Revista da Cidade", que se edita naquela cidade.

Para o certame de 1974, que deverá contar com a participação de mais de 100 (cem) candidatos, segundo as previsões, o Governo do Município eleveu de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para Cr\$ 6.700,00 (seis mil e setecentos cruzeiros) o valor global dos prêmios, ficando estabelecido o prêmio de Cr\$ 3.000,00 (três mil cruzeiros) para o primeiro colocado, além de participar, aquele candidato, do concurso de "Operário Padrão", de âmbito estadual, que normalmente se desenrola nesta Capital, no mês de junho de cada ano.

Em face do exposto, o Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma determinada pelo Regimento Interior, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos de hoje, um VOTO DE APLAUSO aos vencedores do Concurso, bem como aos responsáveis pela sua realização, Senhor Prefeito Municipal de Arapongas, à Câmara de Vereadores e ao jornalista Dionysio Neto, responsável pela coordenação e divulgação do mesmo Concurso.

REQUER-SE, finalmente, que da manifestação desta Assembléia, se favoreável, seja dado conhecimento do presente às pessoas e entidades acima mencionadas, através dos expedientes próprios.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Muggiati Filho

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 42-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.^o — Fica declarado de Utilidade Pública, a Escola Profissional "Santa Marcelina", com sede e foro na cidade de Pirai do Sul.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1974.

(a) — David Federmann

JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de Utilidade Pública, presta realmente, relevantes serviços à coletividade de maneira desinteressada; sua direção não recebe qualquer espécie de remuneração, seu estatuto social está devidamente registrado no cartório competente.

Anexamos para o exame mais acurado dos Senhores Deputados o Estatuto da referida Escola.

Portanto, nada mais justo que seja declarada de utilidade pública a Escola Profissional "Santa Marcelina", para que, contamos com o apoio dos nobres Deputados com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N.º 43-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.^o — Autoriza o Poder Executivo a doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, de Cambará, um veículo com as seguintes características:

Caminhonete-Chevrolet — Modelo Pick-Up — ano de fabricação 1964 — Chassis n. G-64-P-4.844-M 6 cilindros — 142 HP — Placa CE-09.65, Certificado de Propriedade Série A — 298.425 — DETRAN - PR — Cor Verde e Branca — 6 Cilindros.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Fuad Nacli

JUSTIFICATIVA:

Ao apresentarmos o presente Plano de Lei à apreciação dos nobres Pares, o fazemos na certeza de uma acolhida positiva, visto tratar-se de uma autorização para doação de veículo pertencente ao Poder Executivo. A doação efetivará a posse plena do referido veículo ao Ginásio Nossa Senhora das Graças que já o detém, visto termo de comodato que anexamos ao mesmo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra no Pequeno Expediente, ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Clavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Foi com satisfação que nos lemos hoje, praticamente em todos os jornais da Capital, "Gazeta do Povo", "Diário do Paraná" e "O Estado do Paraná", da aprovação do Presidente da República, da Exposição de Motivos dos Ministros Mário Simonsen, da Fazenda e João Paulo Reis Velloso, do Planejamento, relativos ao controle inflacionário.

Sr. Presidente, o Presidente está perfeitamente consciente do ritmo inflacionário dos mais violentos neste primeiro trimestre de 74, que atingiu o índice alarmante de 9,8%, dados publicados pela Fundação Getúlio Vargas e, desta Tribuna, por diversas vezes, nós fizemos apelo ao Governo Federal que se necessário fosse, que tomasse medidas enérgicas a fim de que o povo não fosse explorado como está sendo explorado e que os comerciantes fossem se possível, enquadrados dentro da lei de segurança nacional e que tivessem também medidas assim, se fosse necessário, tivessem seus créditos cortados nos diversos estabelecimentos de crédito financeiro do País, Sr. Presidente, o que nós vimos foi exatamente essa medida tomada pelo Governo Federal aprovando uma exposição de motivos a estes dois ilustres Ministros da Fazenda e do Planejamento, a fim de que tivessem em mãos instrumentos necessários, indispensáveis para que os comerciantes inescrupulosos, que não fazem jus a este tipo de comerciante, que estão abusando da bolsa do povo como vem abusando, inclusive, também os industriais. Estou trazendo o problema, porque sou Presidente de uma Associação Comercial e não é porque eu sou Presidente, que estaria apoiando os comerciantes e os industriais, que não fazem jus ao nome que levam. Mas sim, porque não é uma situação desta que o abuso deve imperar. Portanto, não será estranho para nós, se amanhã mui-

tos comerciantes, muitos industriais verão seus créditos cortados, lamentando profundamente por verem enquadrada a organização de suas próprias pessoas, dentro da Lei de Segurança Nacional. Portanto, Sr. Presidente, uma medida desta do Governo, enérgica, deve ter o apoio integral da Assembléia Legislativa do Paraná. Porque é preciso que o Governo tenha conhecimento que toda Assembléia Legislativa apoia o Governo Federal, numa medida que se torna mais eficiente. Portanto, é este o teor do nosso Requerimento: (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, solicita de V. Exa. que após ouvido o Plenário, seja encaminhado telegrama no teor abaixo ao Exmo. Senhor Presidente da República, Ernesto Geisel e aos Exmos. Senhores Ministros da Fazenda, Mário Henrique Simonsen e Planejamento e Coordenação Geral, João Paulo dos Reis Velloso.

"Assembléia Legislativa do Paraná dá apoio integral a aprovação pelo Presidente da República exposição ilustres Ministros Fazenda et Planejamento relativo controle inflacionário demonstrando-se indispensável medidas urgentes sentido conter ritmo inflacionário primeiros meses prevendo-se aplicação Lei Segurança Nacional aos que não compreenderem esforço Governamental total controle inflacionário pt

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974.

(a) — Olavo Ferreira". — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Antomio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Estampa a "Folha de Londrina" uma reportagem estereotipada para o Norte do Paraná. O não cumprimento de um compromisso público assumido pelo Presidente das Centrais Elétricas do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garças, o ex-Governador de São Paulo, que como Presidente da CESP, esteve em Londrina onde ao lado do Governador Emílio Gomes e do Prefeito José Richa, falando para centenas de proprietários de terras, que terão suas áreas inundadas com a construção da Usina do Salto do Capivarã, prometera aquele dirigente, após receber os pedidos dos proprietários, para que as indenizações girassem em torno de 30 a 40 mil cruzeiros, o alqueire inundado. Prometeu o Presidente da CESP que os proprietários seriam indenizados, com o prego girando em torno de 16 mil cruzeiros para a terra nua, isto é para a terra sem qualquer benfeitoria. E estampa aquele jornal a primeira ação contestatória que deu entrada na Comarca de Sertãozinho por parte da família Garcia Cid, contestando o CESP que quer pagar a esta família pela terra desapropriada à razão de menos de mil cruzeiros por alqueire.

Gostaríamos de levar nosso protesto porque houve um desrespeito muito grande aos proprietários de terras tão férteis que estavam em franca produção em Porecatu. Primeiro de Maio, Sertãozinho, Rancho Alegre, Alvorada do Sul e outros Municípios. Era compromisso dos dirigentes da CESP indenizar os proprietários na base de 16 a 24 mil cruzeiros o alqueire e vem a mesma CESP com tanta facilidade de seus dirigentes para esquecer o compromisso público firmado ao lado do Governador do Estado do Paraná, amplamente divulgado pela imprensa do Paraná e São Paulo, vem agora com o propósito de pagar o preço inicial dentro da ação de desapropriação que a CESP propôs na Comarca de Sertãozinho, menos de mil cruzeiros por alqueire a centenas de proprietários que vivem da renda de seus sítios e que se tivessem que entregar seu sítio de 15 a 20 alqueires para receber na base de mil cruzeiros, mal conseguirão fazer a mudança para outro ponto e não poderão comprar outra propriedade rural.

Esta atitude da CESP poderá gerar uma séria crise naquela região de Primeiro de Maio.

Daí nosso veemente protesto e nossa esperança de que este compromisso solene e público seja respeitado, possa prevalecer para que os proprietários de terras não fiquem desesperados, revoltados com este comportamento dos dirigentes da CESP e que a Central Elétrica do Estado de São Paulo possa pagar o preço justo pelas terras que serão inundadas com a construção da Usina do Salto Capivarã em Porecatu.

Por último, encaminhamos um Requerimento pedindo regime de urgência para a votação da Mensagem do Sr. Governador do Estado que propõe aumento de vencimentos para o funcionalismo público estadual. O Requerimento está assim redigido: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições Regimentais, Requer, após ouvido o Plenário, seja concedido REGIME DE URGÊNCIA para votação da Mensagem do Exmo. Sr. Governador que concede aumento de vencimentos para o funcionalismo público estadual.

Esta urgência se torna necessária porquanto os Servidores Públicos, caso persista a demora na votação desta matéria, correm o risco de não terem o aumento incluído nem mesmo nos vencimentos do mês de maio e que serão pagos depois do mês de junho.

Mesmo em se tratando de aumento considerado insignificante pelo funcionalismo, a classe aguarda que este benefício seja acrescido em suas folhas de pagamento o mais breve possível, pois se a situação financeira da classe com o aumento continuará difícil, sem ele será ainda pior, daí nosso pedido para o REGIME DE URGÊNCIA ora proposto aos Senhores Deputados.

Sala das Sessões, em 25 de abril de 1974".

Esta Mensagem está aqui, se não nos falha a memória, há mais de um mês e até agora não foi votada por esta Casa.

Sabemos que vários Parlamentares estão empenhados em conseguir uma melhora neste aumento proposto pelo Governo do Estado, como sabemos que o Governador está irredutível no intuito de dar apenas 10%. É verdade que é um aumento insignificante, mas pior será ainda sem a concessão deste aumento.

O nosso desejo é que possa ser concedido regime de urgência para que votemos o mais breve possível a Mensagem do Governador, pois o Funcionalismo Público não terá este aumento incluído já nas folhas do mês de abril e se demorarmos na apreciação da matéria corre o sério risco, quem sabe, de ao receber seu pagamento de maio ainda não desfrutar dos 10% concedidos pelo Governo. Não vai ajudar quase nada, mas se o Governador não está disposto a dar um aumento melhor, que possamos aprovar o mais breve possível esta Mensagem.

Queremos também aqui condenar a Mensagem do Governo no tocante ao seu artigo 8.º que estabelece que a partir de março do próximo ano será concedido, por Decreto executivo. E considerando que, a partir do próximo ano, o Paraná terá novo Governador, não seria justo que a Assembléia Legislativa, usando de suas prerrogativas, vá apreciar a Mensagem de aumento do Servi-

dor Público, e ainda mais, considerando ainda que no mês de março será subtraído do aumento o abono que será concedido em outubro, entendemos que esta Mensagem deveria prever índice mais elevado para beneficiar uma classe tão sofrida como é a dos Servidores Públicos do Estado do Paraná.

Era só, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Não há oradores inscritos para o Grande Expediente. Está livre a palavra. (Pausa). Não havendo quem queira fazer uso da mesma, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 33 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulsos distribuídos aos Srs. Deputados:

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 118-73, de autoria do Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria de Obras Públicas, o prédio para funcionamento da Escola Normal Irene Rickli sediada no Município de Cascavel. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F., C.O.P.T.C. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado com substitutivo.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 123-73, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo doar à Prefeitura Municipal de Ibiaporã, tratores que especifica, inservíveis e pertencentes à Secretaria de Agricultura. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com SUBSTITUTIVO. — **Aprovado com substitutivo.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 185-73, de autoria do Deputado Maurício Fruct, que autoriza o Poder Executivo conceder incentivos às Indústrias que vierem a se instalar no Estado do Paraná e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 115-73, de autoria do Deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na sede do Município da Lapa e dá outras providências. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 204-73, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo criar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Arapongas, um Curso de Jornalismo. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 258-73, de autoria do Deputado Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo fazer o Seguro de todos os veículos oficiais de seu uso e propriedade, na forma que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 130-73, de autoria do Deputado Nelson Buffara, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada na cidade de Paranaguá. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 130-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, sediada em Paranaguá.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Sala das Sessões, 14 de junho de 1973.

(a) Nelson Buffara

JUSTIFICAÇÃO:

Em anexo, estamos juntando a documentação que atende todas as exigências da legislação regente da espécie, merecendo um destaque especial a folha do Diário Oficial da União, de 7 de maio do corrente, que publica a declaração de utilidade pública, formalizada pelo Governo Federal.

Com tais requisitos, espera-se com certeza o acolhimento unânime desta Casa para a pretensão que é, sobretudo, do povo de Paranaguá.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130-73

1 — Visa o presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Nelson Buffara, declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Paranaguá, com sede na cidade do mesmo nome.

2 — Pelos relevantes serviços que a entidade vem prestando à coletividade pela forma desinteressada que atende aos necessitados do referido Município de Paranaguá, julgamos oportuna a iniciativa, e assim sendo, é justo que se declare de utilidade pública a entidade em foco.

3 — Dadas as considerações expostas e pela justiça de que se reveste o projeto, somos pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 130-73

Autor: Deputado NELSON BUFFARA

I) — A Comissão de Constituição e Justiça já apreciou o Projeto em pauta, concluindo pela aprovação do mesmo.

Assim sendo, nada mais resta à Comissão de Finanças, pois esta declaração de Utilidade Pública não acarreta aumento de despesa pública.

II) — Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18-09-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Alvaro Dias — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 136-73, de autoria do Deputado Jorge Sato, que declara de Utilidade Pública, a Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, com sede e foro na Capital do Estado de São Paulo. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 136-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "Igreja Seicho-No-Ie do Brasil", com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 19 de junho de 1973.

(a) Jorge Sato

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Seicho-No-Ie do Brasil, assim denominada, tem sua sede central e foro na cidade de São Paulo, à Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, n.º 1.266, tendo como finalidade obter a iluminação da humanidade através da divulgação dos ensinamentos doutrinários da Seicho-No-Ie.

A Igreja Seicho-No-Ie do Brasil não tem finalidade lucrativa e é apolítica. Acha-se registrada no Cartório das Pessoas Jurídicas competente e tem como organizações filiadas instituições Regionais, Sub-Regionais e Instituições locais.

Preenchendo todos os requisitos da Lei que regula a matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei, esperando dos ilustres Pares o devido apoio e consequente aprovação. Referida entidade já foi Declarada de Utilidade Pública no âmbito municipal.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 136-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o nobre Deputado Jorge Sato, declarar de utilidade pública a "Igreja Seicho-No-Ie do Brasil", com sede e foro na cidade de São Paulo.

2 — A presente proposição se nos afigura justa e oportuna, dadas as considerações apresentadas na justificativa do projeto, pelo autor, razão pela qual não vemos qualquer impedimento tanto legal ou constitucional, para deixar de acolher a mesma nesta Comissão.

3 — Assim sendo, opinamos pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 30 de agosto de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Sebastião Rodrigues Júnior — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 136-73

Autor: JORGE SATO

De autoria do ilustre Deputado Jorge Sato, visa o presente plano de Lei declarar de utilidade pública a "Igreja Seicho-No-Ie do Brasil", com sede central e foro na Capital do Estado de São Paulo.

A Comissão de Justiça já examinou o aspecto legal da matéria, concluindo pela sua aprovação.

Como o Projeto não altera a despesa pública, somos, também, pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Gilberto Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 140-73, de autoria do Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade de Pérola, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.I.P., com SUBSTITUTIVO. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 140-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade e Município de Pérola, neste Estado, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974, próximo vindouro.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "Dezenove de Dezembro", 22 de junho de 1973.

(a) João Calil Fadel

JUSTIFICATIVA

O Município de Pérola, criado através da Lei n.º 5.395, de 14 de setembro de 1966, conta atualmente com 36.000 habitantes, um comércio ativo e uma agro-indústria progressista, e um orçamento anual da ordem de Cr\$ 2.630.000,00 (dois milhões, seiscentos e trinta mil cruzeiros).

Com uma rede municipal integrada por 38 estabelecimentos primários e 2 (dois) ginásios estaduais, o Município de Pérola conta, atualmente, com 5.631 alunos cursando o primeiro grau e 120 matriculados no curso de segundo grau e, não obstante, por uma série de fatores estruturais não conta com nenhum estabelecimento de formação profissional de nível médio, o que faz com que significativo contingente de estudantes após o término do curso ginásial, ou interrompa seus estudos, ou, numa alternativa que depende principalmente da situação econômica de suas famílias, se desloque para outros centros regionais, para aquisição de instrumentação técnica que lhes possibilite realização pessoal e afirmação comunitária.

Entendemos que o Governo do Estado poderia, sem maiores dificuldades, criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Pérola, ensejando a mocidade estudiosa local auferir conhecimento técnico-profissional no lugar de domicílio, constituindo-se a decisão em fator positivo para melhor assimilação dos currículos ministrados, além de ser incentivo poderoso para o desenvolvimento de toda a região.

Por outro lado, havendo o Governo Federal outorgado à Campanha Nacional de Escolas de Comunidades faculdade para firmar acordos com governos — estaduais ou/ e municipais —, para instalação de unidades de ensino profissional técnico de nível médio, entendemos que não haverá maiores obstáculos ao Poder Executivo para concretizar a medida ora proposta e assim, atender à justa reivindicação do povo de Pérola.

Encarego aos nobres Deputados o honroso e indispensável apoio ao presente Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 22 de junho de 1973.

(a) João Calil Fadel

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 140-73

Autor: Deputado JOÃO CALIL FADEL

SUMULA: Autoriza o P.E. a criar uma Escola Técnica de Comércio na cidade de Pérola.

I) — O Projeto autoriza o Poder Executivo a criar um novo estabelecimento de ensino. Assim sendo, nada impede que esta Assembléia aprove o plano de lei em pauta, reservando ao Excelentíssimo Senhor Governador, a faculdade de determinar ao Conselho Estadual de Educação, a inclusão da referida Escola no Plano Educacional do Estado para o exercício de 1974.

II) — Quanto ao aspecto legal ou constitucional, nenhum óbice existe para se antepor ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 29-8-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Sebastião Rodrigues — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 140-73

Autor: Deputado JOÃO CALIL FADEL

PARECER

Propõe o nobre Deputado João Calil Fadel, pelo presente Plano de Lei, autorizar o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, na cidade e Município de Pérola, neste Estado, para instalação e funcionamento no ano letivo de 1974, próximo vindouro.

A presente iniciativa já recebeu, em sua devida oportunidade, parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito que lhe é próprio, esta Comissão não vê motivos para negar o acolhimento da matéria, pelo que opina pela APROVAÇÃO do mesmo, tratando-se de mera autorização ao Poder Executivo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18-09-73.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Deputado Gilberto Carvalho — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 140-73

I — Conforme se depara pela justificativa do Projeto, Pérola está a merecer um estabelecimento de nível médio.

O Governo Estadual tem condições de criar, quer através de iniciativa própria ou através de convênios com o Governo Federal ou municipal, uma Escola do nível ora proposto, pois enquadra-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

II — Tratando-se de medida autorizatória, nada temos a opor quanto à APROVAÇÃO deste Plano de Lei.

Entretanto, visando dar-lhe melhor forma legislativa, apresentamos o Substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em... de... de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Rosário Pitelli — Relator.

(Assinatura ilegível)

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

SUBSTITUTIVO

AO PROJETO DE LEI N.º 140-73

Artigo 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Técnica de Comércio, na sede do Município de Pérola, para instalação e funcionamento no próximo ano letivo.

Artigo 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em... de... de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Rosário Pitelli — Relator.

(Assinatura ilegível)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Elpídio de Melo. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, lido da Tribuna, solicitando Regime de Urgência, para votação da Mensagem Governamental que concede aumento ao funcionalismo público estadual. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 10-74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República, bem como aos Srs. Ministros da Fazenda e Indústria e Comércio, objetivando a devida proteção à mamonicultura. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de aplauso aos vencedores do Concurso "Operário Padrão" de 1973, bem como aos responsáveis pela sua realização. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, lido da Tribuna, solicitando seja enviado telegrama ao Sr. Presidente da República e aos Srs. Ministro da Fazenda e Ministro do Planejamento e Coordenação Geral, manifestando integral apoio desta Casa, relativo ao controle inflacionário. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Presidente da República e demais autoridades, formulando apelo no sentido de se fazer respeitar o compromisso público assumido pelo Presidente da Centrais Elétricas de São Paulo S. A., em nome do Governo de São Paulo, referente a desapropriações. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 26, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA.

já anunciada em Sessão anterior.

Levanta-se a Sessão.

4.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 50.^a Sessão Ordinária Realizada em 26 de abril de 1974 — (Sexta-feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e David Federmann.

Às 10,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Côrtes — Gabriel Manoel — Igo Losso — Iris Caldart — Leopoldo Jacomel — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Rôsarí Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior e Wilson Brandão (31), achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Belinati — Antônio Costa — Arthur de Souza — Erondy Silvério — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Nelson Buffara — Quielise Crisóstomo — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (16).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 31 srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 78-73, que autoriza o Poder Executivo reequipar todos os postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do DER, dotando-os de Sistema de Comunicação, Assistência Médica, Ambulância e dá outras providências. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 77-73, que denomina Governador Parigot de Souza, o trecho da rodovia PR-1, que liga Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 85-73, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Flórida, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 86-73, que autoriza o Poder Executivo celebrar Convênio com o Município de Santo Inácio, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 111-73, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 237-73, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Uraí, com sede na Cidade do mesmo nome. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 242-73, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Arnaldo Moura. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 245-73, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A. — **Aprovado.**

Redação Final — do Projeto de Lei n.º 256-73, que declara de Utilidade Pública o Clube de Exportadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, no seguinte teor:

"Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, que nos dias 2 e 3 próximos vindouros,

não se realizem Sessões plenárias, destinando-se o tempo correspondente aos trabalhos das Comissões Técnicas.

Sala das Sessões, em 26 de abril de 1974.

(a) — Paulo Poli".

O SR. PRESIDENTE — Em votação. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 29, à Hora Regimental, com a seguinte:

ORDEM DO DIA:

3.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 115-73, 204-73 e 258-73.

2.a Discussão — dos Projetos de Lei n.ºs 130-73, 136-73 e 140-73.

1.a Discussão — dos Projetos de Resolução n.ºs 15-73 e 30-73 e dos Projetos de Lei n.ºs 163-73, 14-74 e 23-73.

Marcando ainda, uma Sessão Extraordinária, para dia 29, segunda-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Discussão única — da Proposição n.º 106-74.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

ATA DE INSTALAÇÃO

Aos dezoito dias do mês de março de hum mil novecentos e setenta e quatro após o termino da Sessão Plenária, na Sala de Reuniões desta Assembléia, reuniram-se os Senhores Deputados Xenofonte Vilanueva, Marciano Baraniuk, Wilson Brandão, Francisco Escorsin e Mauricio Fruet, com a finalidade de instalar a citada Comissão. De acordo com o parágrafo único do artigo 40, do Regimento Interno, assume a Presidência o senhor deputado Francisco Escorsin, declarando aberta a sessão e solicitando a eleição do Presidente e Vice Presidente desta Comissão, para a presente Sessão Legislativa. Foram eleitos o Senhor Deputado Xenofonte Vilanueva para Presidente e o senhor Deputado Mauricio Fruet para Vice-Presidente. Assume a Presidência o senhor Deputado Xenofonte Vilanueva, que agradece a deferência e se coloca a disposição dos demais membros. O Senhor Presidente deixa livre a palavra e, não havendo quem quisesse fazer uso da mesma, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Comissão e por mim Maria Stella Mader Gurgel, Secretária desta Comissão.

Em Curitiba, Sala das Comissões, 18 de março de 1974.

XENOFONTE VILANUEVA — Presidente

Maria Stella Mader Gurgel — Secretária

a) FRANCISCO ESCORSIN

a) MAURICIO FRUET

a) MARCIANO BARANIUK

a) WILSON BRANDÃO

Comissão de Redação

7.a Legislatura — 4.a Sessão Legislativa

Ata da 5.a Reunião Ordinária

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Gilberto Carvalho. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes projetos: PROJETO DE LEI N.º 76-73 — de autoria do deputado Antonio Belinati, que autoriza o Poder Executivo a reequipar todos os Postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do D.E.R. dotando-os de sistema de comunicação, assistência médica, ambulância e dá outras providências. PROJETO DE LEI N.º 77-73 — de autoria do deputado Gabriel Manoel que denomina Governador Parigot de Souza, o trecho da Rodovia PR-1, que liga Jaguariaíva a Santo Antonio da Platina. PROJETO DE LEI N.º 85-73 — de autoria do deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Mun. de Flórida, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. PROJETO DE LEI N.º 86-73 — de autoria do deputado Quielise C. da Silva, que autoriza o Poder Executivo celebrar convênio com o Mun. de Santo Inácio, destinado a construção de um prédio para a Delegacia de Polícia local. PROJETO DE LEI N.º 111-73 — de autoria do deputado João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir através da Secretaria dos Transportes uma estrada de rodagem ligando os Muns. de Jaguariaíva e Antonina. PROJETO DE LEI N.º 237-73 — de autoria do deputado Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Uraí. PROJETO DE LEI N.º 242-73, de autoria do deputado Antonio F.F. da Costa, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Arnaldo Moura. PROJETO DE LEI N.º 245-73, de autoria do deputado Fabiano B. Côrtes, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Sr. Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná, e Celulose S.A. PROJETO DE LEI N.º 256-73 — de autoria do deputado Fabiano B. Côrtes, que declara de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede nesta Capital. PROJETO DE LEI N.º 285-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem 106-73, encaminhando anteprojeto de lei que concede à Copel, poderes para oferecer quotas do Imposto Unico sobre Energia Elétrica, que couberem ao Estado do Paraná, em garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até o limite cumulativo de 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), e dá outras providências. APROVADAS. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Lélío Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

a) GILBERTO CARVALHO — Presidente

a) LÉLIO GUIMARÃES SOTTO-MAIOR — Secretário

Redação Final do Projeto de Lei n.º 76-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a reaparelhar todos os Postos da Polícia Rodoviária Estadual, através do Departamento de Estradas de Rodagem, dotando-os de moderno sistema de comunicação, assistência médica e ambulância.

Art. 2.º Fica o Poder Executivo autorizado a instalar, através da Companhia de Telecomunicações do Paraná — TELEPAR, um aparelho telefônico em cada posto da Polícia Rodoviária Estadual.

Art. 3.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 77-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica denominado "Governador Parigot de Souza", o trecho da Rodovia PR-1, compreendido entre os Municípios de Jaguariaíva e Santo Antonio da Platina.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 85-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Flórida, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 86-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênio através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, com a Prefeitura Municipal de Santo Inácio, a fim de construir um prédio para a Delegacia de Polícia, na sede do Município.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 111-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a construir através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina, neste Estado.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 237-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarada de utilidade pública a IRMANDADE DA SANTA CASA DE URAÍ, com sede na cidade do mesmo nome.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 242-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico Arnaldo Moura.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 245-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Samuel Klabin, Diretor Presidente das Indústrias Klabin do Paraná e Celulose S.A.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 256-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o Clube de Exportadores e Importadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede em Curitiba.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores

Redação Final do Projeto de Lei n.º 285-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer as quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir, até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros), em contrato de empréstimo ou financiamento em moeda nacional ou estrangeira.

Parágrafo único. As quotas do Imposto Único sobre Energia Elétrica a que se refere este artigo serão as correspondentes a tantos exercícios financeiros quantos forem os anos em que se distribuir o pagamento das obrigações a serem garantidas.

Art. 2.º Fica também autorizado o Poder Executivo a outorgar a garantia do Tesouro Estadual a obrigações que a COPEL assumir, até o limite cumulativo equivalente, em moeda nacional, a US\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de dólares) de principal em operações de empréstimo ou financiamento para a realização de obras de eletrificação rural no Estado.

Parágrafo único. As taxas cambiais a serem utilizadas para verificação do limite estabelecido neste artigo serão as vigentes à data de cada operação.

Art. 3.º A garantia a que se refere o artigo 2.º desta Lei poderá estender-se a juros e demais encargos a que estiverem sujeitas as mesmas operações.

Art. 4.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22-4-74.

aa) GILBERTO CARVALHO — Presidente
IRIS CALDART
A. LOPES JUNIOR
Relatores